

**Companhia de Desenvolvimento
Econômico de Minas Gerais –
CODEMIG**

**Demonstrações financeiras intermediárias condensadas
(Individuais e Consolidadas) em 31/03/2017 e
Relatório dos Auditores independentes**

Setembro de 2017

RELATÓRIO DE REVISÃO SOBRE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONDENSADAS (Individuais e consolidadas)

Aos Administradores e Acionistas da

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MINAS GERAIS - CODEMIG

Introdução

Revisamos as Demonstrações financeiras intermediárias condensadas, individuais e consolidadas, da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais ("CODEMIG" ou "Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial, individual e consolidado, em 31 de março de 2017, e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo nessa mesma data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias condensadas, individuais e consolidadas, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, emitido pelo Conselho Federal de Contabilidade. Nossa responsabilidade é a de expressar uma Conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias condensadas, individuais e consolidadas, com base em nossa revisão de auditoria.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e *ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma Opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias condensadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias condensadas, individuais e consolidadas, não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de março de 2017, o desempenho individual e consolidado das suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o trimestre findo naquela mesma data, de acordo com o CPC 21 (R1), emitido pelo Conselho Federal de Contabilidade e aplicável à elaboração de informações intermediárias.

Outro assunto

O Balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2016, apresentado para fins de comparabilidade, foi auditado por outros auditores independentes que emitiram uma Opinião sem ressalva em 24 de março de 2017. As demonstrações financeiras intermediárias condensadas, individuais e consolidadas, do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo em 31 de março de 2016, apresentadas para fins de comparabilidade, foram revisadas por outros auditores independentes que emitiram Conclusão em 15 de agosto de 2016 contendo ressalva por limitação de escopo em relação a acesso às informações financeiras, à administração e aos auditores independentes da Helicópteros do Brasil S.A. - Helibrás a fim de determinar se algum ajuste seria necessário em tais Demonstrações financeiras.

Belo Horizonte, 4 de setembro de 2017

nexia teixeira auditores

Registro CRC MG 5.194



Adriano Rezende Thomé
Diretor Executivo e Sócio
CRC MG-77.874-O/6

A member of
 **Nexia**
International

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Balço patrimonial Em milhares de reais

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	457.850	584.284	458.829	585.652
Contas a receber	6	78.274	60.298	80.765	61.598
Títulos públicos	7	-	-	167.913	-
Estoques		-	-	1.352	1.387
Dividendos a receber	8	1.953	1.953	4.251	4.236
Impostos e contribuições a recuperar	9	6.751	10.619	7.825	11.585
Outros ativos circulantes		365	465	491	583
Total do ativo circulante		545.193	657.619	721.426	665.041
Não circulante					
Impostos e contribuições a recuperar	9	18.671	15.294	19.378	15.585
Depósitos judiciais	10	28.143	28.080	28.156	28.100
Estoque de imóveis a comercializar	11	29.952	29.880	29.952	29.880
Outros ativos financeiros	12.1	187.264	187.051	188.267	187.594
Partes relacionadas	15	18.380	21.651	17.992	17.992
		282.410	281.956	283.745	279.151
Investimentos	12.2	376.702	358.657	194.766	347.706
Imobilizado	13	909.209	912.238	926.132	929.456
Intangível	14	11.937	10.035	11.937	10.035
		1.297.848	1.280.930	1.132.835	1.287.197
Total do ativo não circulante		1.580.258	1.562.886	1.416.580	1.566.348
Total do ativo		2.125.451	2.220.505	2.138.006	2.231.389

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Balço patrimonial Em milhares de reais

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Passivo					
Circulante					
Contas a pagar	16	66.775	229.907	67.546	230.885
Empréstimos e financiamentos	17	116.447	116.961	116.447	116.961
Tributos a recolher	18	2.625	3.608	2.842	4.025
Salários e encargos sociais	19	10.295	10.116	15.212	16.832
Dividendos a pagar	23 e	55.027	55.027	55.027	55.027
Indenizações a pagar	20	11.495	-	11.495	-
Adiantamentos e cauções recebidas	21	-	-	992	1.259
Outras contas a pagar		1.986	1.221	2.005	1.297
Total do passivo circulante		264.650	416.840	271.566	426.286
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	17	302.490	330.855	302.490	330.855
Adiantamentos e cauções recebidos	21	88.561	88.561	88.663	88.850
Imposto diferido		216	144	5.359	276
Provisão para contingências	22	21.374	21.379	21.714	21.719
Total do passivo não circulante		412.641	440.939	418.226	441.700
Patrimônio líquido	23				
Capital social		845.430	845.430	845.430	845.430
Reserva de capital		25.180	25.180	25.180	25.180
Ajustes de avaliação patrimonial		28.703	13.013	28.703	13.013
Reservas de lucro		548.847	479.103	548.847	479.103
Participação dos não controladores		-	-	54	677
Total do patrimônio líquido		1.448.160	1.362.726	1.448.214	1.363.403
Total do passivo e patrimônio líquido		2.125.451	2.220.505	2.138.006	2.231.389

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Demonstração do resultado Três meses findos em 31 de março de Em milhares de reais

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Receita líquida e custo dos produtos e imóveis vendidos e serviços prestados	24	149.987	187.002	151.202	188.549
Custo dos produtos e imóveis vendidos e serviços prestados	24	(2.928)	(9.511)	(3.762)	(10.533)
Lucro bruto		147.059	177.491	147.440	178.016
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	25	(53.648)	(43.909)	(55.768)	(47.380)
Gastos com convênios	26	(12.477)	(11.791)	(12.477)	(11.791)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	27	(3.042)	(673)	(3.041)	(568)
Resultado com participações societárias	12.2	(7.512)	(3.548)	(5.903)	(904)
		(76.679)	(59.921)	(77.189)	(60.643)
Lucro antes do resultado financeiro		70.380	117.570	70.251	117.373
Receitas financeiras	28	15.539	21.892	15.539	22.012
Despesas financeiras	28	(16.175)	(24.217)	(16.180)	(24.274)
Resultado financeiro		(636)	(2.325)	(641)	(2.262)
Lucro antes do IRPJ/CSLL		69.744	115.245	69.610	115.111
IRPJ/CSLL corrente e diferido		-	-	132	(133)
Lucro líquido do período		69.744	115.245	69.742	114.978
Atribuível à:					
Acionistas da Companhia				69.744	115.245
Participação dos não controladores				(2)	(267)
				69.742	114.978
Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o período (expressos em R\$ por ação)					
Lucro básico por ação				558,77	971,13

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Demonstração do resultado abrangente Três meses findos em 31 de março de Em milhares de reais

		Controladora		Consolidado	
	Notas	2017	2016	2017	2016
Lucro líquido do período		<u>69.744</u>	<u>115.245</u>	<u>69.742</u>	<u>114.978</u>
Ganho líquido de valor justo	7 e 12.1	141	-	9.320	-
Baixa da reserva atuarial		-	(439)	-	(439)
Ajuste de avaliação patrimonial reflexo de coligadas e controladas	12.2	<u>15.549</u>	<u>2.523</u>	<u>6.370</u>	<u>2.523</u>
Resultado abrangente total do período		<u><u>85.434</u></u>	<u><u>117.329</u></u>	<u><u>85.432</u></u>	<u><u>117.062</u></u>
Atribuível à:					
Acionistas da Companhia				85.434	117.329
Participação dos não controladores				<u>(2)</u>	<u>(267)</u>
				<u><u>85.432</u></u>	<u><u>117.062</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Três meses findos em 31 de março de 2017 e 2016

Em milhares de reais

	Capital social	Reserva de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
				Reserva legal	Reserva de retenção de lucros				
Em 31 de dezembro de 2015 (reapresentado)	794.158	-	439	22.692	429.405	-	1.246.694	1.698	1.248.392
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	115.245	115.245	(267)	114.978
Outros resultados abrangentes									
Baixa da reserva atuarial	-	-	(439)	-	-	-	(439)	-	(439)
Ajuste de avaliação patrimonial de coligadas	-	-	2.523	-	-	-	2.523	-	2.523
Total do resultado abrangente do período	-	-	2.084	-	-	115.245	117.329	(267)	117.062
Outras mutações no patrimônio líquido									
Constituição de reservas	-	-	-	-	115.245	(115.245)	-	-	-
Em 31 de março de 2016	794.158	-	2.523	22.692	544.650	-	1.364.023	1.431	1.365.454
Em 31 de dezembro de 2016	845.430	25.180	13.013	34.276	444.827	-	1.362.726	677	1.363.403
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	69.744	69.744	(2)	69.742
Outros resultados abrangentes									
Ganho líquido de valor justo (Nota 12.1)	-	-	141	-	-	-	141	-	141
Ajuste de avaliação patrimonial de coligadas e controladas (Nota 12.2)	-	-	15.549	-	-	-	15.549	(621)	14.928
Total do resultado abrangente do período	-	-	15.690	-	-	69.744	85.434	(623)	84.811
Outras mutações no patrimônio líquido									
Constituição de reservas	-	-	-	-	69.744	(69.744)	-	-	-
Em 31 de março de 2017	845.430	25.180	28.703	34.276	514.571	-	1.448.160	54	1.448.214

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG

Demonstração dos fluxos de caixa Três meses findos em 31 de março de Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do período	69.744	115.245	69.742	114.978
Ajuste de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro antes do imposto com o fluxo de caixa:				
Depreciação e amortização	2.877	3.576	3.174	3.631
Reversão para perda por redução ao valor recuperável de ativos	(36)	(5.108)	(36)	(5.108)
Reversão de provisão para perda por créditos de liquidação duvidosa	(6)	(2)	(5)	(1)
Provisão / (reversão de provisão) para litígios	(5)	-	(5)	200
Receitas financeiras	(47)	-	-	-
Despesas financeiras	15.722	24.771	15.722	24.771
Perda na baixa de imobilizado e outros ativos	2.978	6.735	2.978	6.735
Resultado de equivalência patrimonial	7.512	2.633	5.903	(9)
Variações em provisões, benefícios e incentivos	11.902	470	11.786	501
Lucro ajustado	110.641	148.320	109.259	145.698
Ajustes de capital de giro				
Aumento no contas a receber	(17.970)	(49.540)	(19.162)	(49.560)
Redução de estoques	-	-	35	-
(Aumento) / redução dos impostos e contribuições a recuperar	491	(1.592)	(448)	(1.645)
(Aumento) / redução de estoque de imóveis	(2.985)	9.511	(2.985)	9.511
Aumento de depósitos judiciais	(63)	(93)	(56)	(65)
(Aumento) / redução de outros ativos	96	(2.888)	92	(1.869)
Redução no contas a pagar	(163.132)	(187.590)	(163.339)	(187.353)
Redução dos tributos a recolher	(983)	(1.218)	(486)	(1.082)
Redução de salários e encargos sociais	(228)	(327)	(1.911)	(242)
Aumento / (redução) de adiantamentos de clientes	-	-	(454)	397
Aumento (redução) de outras contas a pagar	765	195	708	(100)
Juros pagos	(15.831)	(20.960)	(15.831)	(20.960)
Fluxo de caixa líquido aplicado das atividades operacionais	(89.199)	(106.182)	(94.578)	(107.270)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado	(301)	(13.142)	(303)	(13.262)
Aquisição de investimento em coligadas	-	-	-	(147.289)
Aporte de capital em controladas e coligadas	(10.008)	(150.000)	(14)	-
Aporte em instrumentos financeiros	-	-	(1.680)	-
Custos de desenvolvimento	(656)	-	(656)	-
Aquisição de direitos contratuais	(822)	-	(822)	-
Mútuo com controladas	3.322	-	-	-
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(8.465)	(163.142)	(3.475)	(160.551)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Amortização do principal das debêntures	(28.770)	(28.770)	(28.770)	(28.770)
Dividendos pagos	-	-	-	15
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(28.770)	(28.770)	(28.770)	(28.755)
Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquido	(126.434)	(298.094)	(126.823)	(296.576)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	584.284	778.815	585.652	781.937
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de março	457.850	480.721	458.829	485.361
Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquido	(126.434)	(298.094)	(126.823)	(296.576)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG (“Companhia” ou “Codemig”) é uma entidade pública, com sede na cidade de Belo Horizonte, organizada sob a forma de sociedade por ações, e controlada pelo Governo do Estado de Minas Gerais (“Governo de MG”).

(a) Objeto social

A Companhia tem por objeto social promover o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais mediante a atuação, em caráter complementar, voltada para o investimento estratégico em atividades, setores e empresas que tenham grande potencial de assegurar de forma perene e ambientalmente sustentável, o aumento da renda e do bem-estar social e humano de todos os mineiros, especialmente nas áreas de: (i) mineração e metalurgia (ii) energia, infraestrutura e logística; (iii) eletroeletrônica e de semicondutores e telecomunicações; (iv) aeroespacial, automotiva, química, de defesa e de segurança; (v) medicamentos e produtos do complexo de saúde; (vi) biotecnologia e meio ambiente; (vii) novos materiais, tecnologia de informação, ciência e sistemas da computação e software; e (viii) indústria criativa, esporte e turismo.

Visando atingir o seu objeto social, a Codemig está autorizada atuar de forma à: (i) promover desapropriação, constituir servidão, adquirir, alienar, permutar, arrendar, locar, doar ou receber terrenos e imóveis, destinados à implantação de indústrias, empresas ou atividades correlacionadas a seu objeto; (ii) firmar contrato ou convênio de cooperação técnica e econômica; (iii) participar em empreendimento econômico com empresas estatais ou privadas, mediante contrato de parceria e subscrição do capital social; (iv) participar em instituições e fundos financeiros legalmente constituídos; (v) adquirir, permutar, converter ou alienar valores mobiliários de qualquer natureza emitidos por empresas de capital público, misto ou privado, inclusive mediante utilização de debêntures ou outros instrumentos conversíveis ou não em participação societária; (vi) realizar a contratação ou a execução de projeto, obra, serviço ou empreendimento, incluindo estrada, centro de exposição, feira, evento e convenção, bem como seus serviços e equipamentos; (vii) realizar a pesquisa, a lavra, o beneficiamento, a exploração, a produção e a industrialização, o escoamento e qualquer forma de aproveitamento econômico de substância mineral ou hidromineral, como petróleo e gás natural, recursos hídricos, direta ou indiretamente; (viii) realizar a implantação e a operação de área industrial planejada e de áreas destinadas à implantação de empresas, bem como contratar estudos e projetos de industrialização, em consonância com a legislação municipal e ambiental; (ix) participar em empresa privada dos setores minerossiderúrgico e metalúrgico, com a qual mantenha parceria; (x) fomentar projetos nas áreas de ciência, tecnologia, pesquisa e inovação; (xi) desenvolver empreendimentos, cujas atividades incorporem novas tecnologias; (xii) contratar de parceria público-privada; (xiii) proteger e a preservar mananciais em estâncias minerais de que detenha a concessão; (xiv) construir e administrar, direta ou indiretamente, prédios e instalações relacionados com hotelaria e turismo, bem como promover programas, projetos e ações de apoio e incentivo ao turismo no Estado de Minas Gerais; (xv) realizar a gestão patrimonial dos bens imóveis do Estado de Minas Gerais; (xvi) realizar operações visando o desenvolvimento de projetos e empreendimentos de empresas privadas com importância e relevância para a economia do Estado; e (xvii) efetuar operação de captação de recursos financeiros.

(b) Sociedade em Conta de Participação com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração – CBMM

A Companhia apresenta como principal fonte de recursos para sua manutenção a participação em uma Sociedade em Conta de Participação (“SCP”), firmada com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (“CBMM”) que visa explorar os direitos minerários detidos pela Companhia no município de Araxá – MG para exploração de Nióbio.

Uma SCP é uma reunião de pessoas físicas ou jurídicas para a produção de um resultado comum, operando sob a responsabilidade integral de um “sócio ostensivo”, no caso, a CBMM. É o sócio ostensivo quem pratica todas as operações em nome da SCP, registrando-as contabilmente como se fossem suas, porém identificando-as para fins de partilha dos respectivos resultados. A Companhia, como “sócio participante”, recebe mensalmente o montante equivalente a 25% dos resultados da SCP.

Os “sócios participantes” integrantes, que não o “sócio ostensivo”, como é o caso da Codemig, não tem participação na gestão dos negócios da SCP, apenas nos resultados gerados. A SCP não possui personalidade jurídica.

Pelo fato das operações da SCP serem a principal fonte de recursos da Companhia, seus resultados são apresentados diretamente na receita líquida. Os recursos obtidos junto a SCP são aplicados conforme as diretrizes do estatuto da Companhia, visando o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Informações sobre empresas controladas

Com objetivo de cumprir com as novas diretrizes do Planejamento Estratégico do Governo de MG, a Codemig, por meio da sua subsidiária integral Codemig Participações (“Codepar”) – antiga Codegás, está investindo recursos em áreas chave do desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais através da aquisição de participações, sem obtenção de controle, de empresas sediadas em Minas Gerais, seja diretamente ou por meio de fundos de investimento em participações.

Em julho de 2016 foi promulgada a Lei Estadual 22.287/2016 que autoriza a extinção da Companhia Mineira de Promoções (“Prominas”), na qual a Codemig possui controle acionário – 90,59% das ações. Em AGE realizada em 03 de novembro de 2016, os sócios da Prominas aprovaram, por unanimidade, sua extinção por liquidação. As principais atividades da Prominas, representadas pela gestão e exploração da Expominas BH e pelo espaço de feiras e eventos Minascentro não foram descontinuadas, mesmo após a extinção da controlada. Essas atividades foram assumidas pela Codemig.

Além de autorizar a extinção da Prominas, a referida lei estadual incumbiu à Codemig a atribuição de sustentar, em conjunto com o BDMG, parte dos custos e despesas do Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais (“Indi”), considerando sua natureza complementar no desenvolvimento econômico do Estado.

(d) Aprovação das Demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras condensadas individuais e consolidadas da Codemig e suas controladas (“o Grupo”) foi aprovada pela Administração da Companhia em 4 de setembro de 2017.

2 Principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”) que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas da Companhia compreendem as demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas e são elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, identificadas como “Controladora” e “Consolidado” e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente no período apresentado, salvo disposição em contrário. Essas demonstrações financeiras intermediárias condensadas devem ser lidas juntamente com as demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, publicadas em 07 de abril de 2017 nos jornais “O Tempo” e “Imprensa Oficial de Minas Gerais” e também se encontram disponíveis no sítio eletrônico da Codemig.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso dos ativos financeiros disponíveis para venda e outros ativos e passivos financeiros, são ajustadas para refletir a mensuração a valor justo.

A preparação dessas demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.5.

2.2 Bases de consolidação

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas compreendem as demonstrações financeiras intermediárias condensadas da Companhia e suas controladas em 31 de março de 2017. O controle é obtido quando o Grupo estiver

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- exposição ou direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida; e
- a capacidade de usar seu poder em relação à investida para afetar os resultados.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto ou semelhantes de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- o acordo contratual com outros detentores de voto da investida;
- direitos originados de acordos contratuais; e
- os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da Companhia.

O Grupo avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle. A consolidação de uma controlada tem início quando o Grupo obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando o Grupo deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver controle até a data em que o Grupo deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores do Grupo, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é dada baixa nos correspondentes ativos (inclusive ágio), passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido a valor justo.

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas do Grupo incluem:

Controladas	Principal atividade	% participação	
		31/03/2017	31/12/2016
CODEPAR - Codemig Participações	Investimentos em parcerias de desenvolvimento	100	100
CODEÁGUAS Águas Minerais	Extração e comércio de água mineral	99	99
PROMINAS - Cia. Mineira de Promoções	Locação de instalações	99	91

2.3 Investimento

Coligadas

Coligada é uma entidade sobre a qual o Grupo exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais da investida, não sendo, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas.

As contraprestações efetuadas na apuração de influência significativa ou controle conjunto são semelhantes às necessárias para determinar controle em relação às subsidiárias.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os investimentos do Grupo em suas coligadas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial, sendo reconhecido inicialmente ao custo e posteriormente ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação do Grupo no patrimônio líquido da coligada a partir da data de aquisição. O ágio relativo às coligadas é incluído no valor contábil do investimento e testado conjuntamente para fins de redução no valor recuperável dos ativos, não sendo, no entanto, amortizado

A demonstração do resultado reflete a participação do Grupo nos resultados operacionais das coligadas. Eventual variação em outros resultados abrangentes dessas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes do Grupo. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da coligada, o Grupo reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre o Grupo e as coligadas são eliminados em proporção à participação na respectiva coligada.

A soma da participação do Grupo nos resultados de uma coligada é apresentada na demonstração do resultado, fora do lucro operacional, representando o resultado após os impostos e participações de não controladores nas controladas das coligadas.

As demonstrações financeiras das coligadas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o do Grupo. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as do Grupo. Independentemente disso, a defasagem máxima entre as datas de encerramento das demonstrações da coligada e do Grupo não será superior a dois meses.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, o Grupo determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento em suas coligadas. O Grupo determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento nas coligadas sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, o Grupo calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável das coligadas e o valor contábil e reconhece a perda na rubrica “Resultado com participações societárias”, na demonstração do resultado.

Ao perder influência significativa sobre a coligada, o Grupo mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da coligada, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação serão reconhecidos no resultado.

Ágio

O ágio (*goodwill*) resulta da aquisição/participação em coligadas e representa o excesso da contraprestação transferida se comparado à participação no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida. Caso o total da contraprestação transferida seja menor do que a participação no valor justo dos ativos líquidos da coligada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

O Grupo detém participação nas seguintes coligadas:

Coligadas	Principal atividade	% participação	
		31/03/2017	31/12/2016
COMIPA - Cia. De Mineração Pirocloro de Araxá	Mineração de nióbio	51	51
IAS - Indústria de Aviação e Serviços	Mecânica aeroespacial	15	15
Helibrás - Helicópteros do Brasil	Aeroespacial	16	16
BMI – Banco Mercantil de Investimentos	Banco de investimentos	-	59
Vodafone Brasil – Datora Mobile	Telecomunicações móvel	43	43

2.4 Classificação corrente versus não corrente

O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- for mantido principalmente para negociação;
- se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- for mantido principalmente para negociação;
- se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

O Grupo classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.5 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas da Codemig requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, envolvem as seguintes contas contábeis: provisão para perdas prováveis de contas a receber, expectativa de realização de impostos a recuperar, imóveis a comercializar, investimentos e ativo imobilizado, avaliação da necessidade de provisões para riscos, estimativa da reserva atuarial, entre outros.

(a) Classificação contábil de investimentos

- CODEPAR: A Companhia de Desenvolvimento do Gás de Minas Gerais – CODEGÁS foi sucedida em 2015 pela Codemig Participações S.A. (“Codepar”). A empresa possui como objeto social promover o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais através de parcerias em empreendimentos econômicos juntamente com empresas estatais e/ou privadas, inclusive por meio de investimentos diretos ou indiretos em participações societárias. Sua operação se viu iniciada a partir da aquisição de participações minoritárias em diversas empresas investidas e em 2016 foram realizados os primeiros investimentos em fundos de investimento em participações. Ressaltamos a manutenção da sua condição anterior como controlada, subsidiária integral da Codemig.
- CODEÁGUAS: A CODEÁGUAS Águas Minerais (“Codeáguas”) é uma sociedade limitada criada em 28 de fevereiro de 2016 para a extração e comercialização de águas minerais das fontes presentes nos municípios mineiros de Araxá, Cambuquira, Caxambú e Lambari. A sociedade possui a seguinte composição societária: 99% Codemig e 1% Codepar. Teve sua operação iniciada em 1º de maio de 2016 após reassumir os ativos de sua propriedade que anteriormente estavam arrendados à Águas Minerais de Minas Gerais – AGMM, subsidiária integral da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA.
- PROMINAS – em liquidação: O investimento na Companhia Mineira de Promoções - PROMINAS (“Prominas”) passou a ser tratado como controlada em 2015, por entendimento da Administração de que a Codemig possui maioria de ações ordinárias correspondente à 90,59% e o direito de indicação do presidente do Conselho de Administração. Em 2016 a controlada entrou em processo de liquidação extrajudicial, que acarretou na extinção dos seus órgãos de administração. Tal extinção não alterou o exercício de controle tendo em vista o poder de escolha pela Codemig do liquidante da Prominas. Em 2017 os acionistas da Prominas deliberaram pela realização de um aumento de capital para captação de recursos para fazer frente às despesas necessárias até a liquidação, resultando em um aumento da participação da Codemig para 99,67%.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Classificação e categorização de instrumentos financeiros disponíveis para venda

BDMG: Em 2012 a Codemig adquiriu ações do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (“BDMG”) passando a deter uma participação de 11% do banco à época. A transação teve como fim auxiliar o referido banco na captação de recursos, que por sua vez possui controlador comum ao da Codemig – Estado de Minas Gerais, na consecução de objetivos planejados dentro do seu objeto social. Não houve à época, e nem há atualmente, intenção da Companhia nos direitos societários advindos dessas ações ou na manutenção por tempo indeterminado da participação do referido banco, de modo que tal instrumento patrimonial fora, desse modo classificado como instrumento financeiro.

Considerando que (i) tais ações não estão disponíveis no mercado para negociação, (ii) não foram reconhecidas pela entidade pelo valor justo por meio do resultado no seu reconhecimento, (iii) não possuem recebimentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos, e (iv) não possuem recebimentos fixos ou determináveis que não estão cotados em mercado ativo, os instrumentos patrimoniais obtidos da transação foram classificados como instrumentos financeiros disponíveis para venda. Ademais, levando em consideração que tais instrumentos não possuem preço de mercado cotado em mercado ativo e seu valor justo não pode ser confiavelmente medido, sua mensuração após o reconhecimento, desde 2012, se dá pelo custo. A movimentação do saldo desde o aporte de recursos decorre da integralização de dividendos e juros sobre capital próprio do BDMG não distribuídos além da alienação de parte das ações das quais a Codemig é detentora.

(c) Taxas de vida útil do ativo imobilizado

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens, apurada através de laudos emitidos por empresas contratadas ou por engenheiros do Grupo, que são revisados regularmente. A Administração acredita que a vida útil esteja corretamente avaliada e apresentada nas demonstrações financeiras.

(d) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais o Grupo ainda não tenha se comprometido ou investimento futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados.

(e) Impostos

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscais futuras.

O Grupo apurou prejuízos fiscais a compensar no valor de R\$61.830 no período de três meses findo em 31 de março de 2017 (R\$243.388 no exercício de 2016). Esses prejuízos se referem aos prejuízos fiscais de todas as entidades do Grupo, exceto pela Codepar, que não possuem expectativa de lucros tributáveis em um futuro próximo. Dessa maneira a Administração julgou que tais ativos diferidos deveriam ser reconhecidos e imediatamente baixados na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Se o Grupo fosse capaz de reconhecer todos os impostos diferidos ativos não reconhecidos, haveria aumento de lucro em R\$21.022. A ausência de expectativa de resultado tributável futuro deve-se ao fato de que a principal receita da Codemig é tributada no âmbito da SCP com a CBMM e, conseqüentemente, é excluída para fins de apuração do lucro real da Companhia.

(f) Custos de desenvolvimento

A capitalização inicial de custos é baseada no julgamento da Administração de que a viabilidade tecnológica e econômica será confirmada, geralmente quando um projeto de desenvolvimento de produto tenha alcançado um determinado ponto seguindo um

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

modelo estabelecido de gestão de projeto. Ao determinar os valores a serem capitalizados, a Administração adota premissas sobre a geração futura de caixa esperada do projeto, taxas de desconto a serem aplicadas e o período esperado dos benefícios. Vide Nota 14.

(g) Provisões para riscos litigiosos

O Grupo reconhece provisão para causas litigiosas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquias das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

3 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

O Grupo participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas suas operações. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A avaliação destes ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado é efetuada por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

O Grupo não aplica em derivativos, ou em quaisquer outros ativos de risco elevado. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros equivalem aos valores contábeis dos mesmos.

Conforme descrito abaixo, o Grupo está exposto a diversos riscos financeiros inerentes à natureza de suas operações: risco de liquidez, risco de crédito (concentração) e mercado (risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros).

(a) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade do Grupo não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função de diferença dos prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa do Grupo é monitorado diariamente pela área financeira, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para o Grupo.

(b) Risco de crédito - concentração

O risco de crédito está associado primariamente à operação da SCP em conjunto com a CBMM. A substancialidade dos recursos do Grupo é oriunda dessa operação e repassada pela CBMM mensalmente, fato que gera um risco de concentração. Não há nenhum histórico de perdas registradas em contas a receber desde a constituição do Grupo. Os acordos firmados com a CBMM vêm sendo honrados tempestivamente.

(c) Risco de mercado - risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros do Grupo está associado aos empréstimos de longo prazo. O Grupo gerencia o risco de mercado com o objetivo de garantir que suas entidades estejam expostas somente a níveis mínimos de risco dentro do contexto de suas operações. Atualmente o Grupo está exposto principalmente a variação do CDI, índice atrelado à correção das debêntures, seu principal passivo. Por outro lado, os saldos de Aplicação financeiras do Grupo são substancialmente atrelados também a este índice, reduzindo os impactos de sua variação.

3.1 Gestão de capital

A política do Grupo é manter uma sólida base de capital visando manter o seu desenvolvimento futuro pautado pelas diretrizes do seu estatuto social. O Grupo monitora a relação dívida patrimônio e índices vinculados aos *covenants* derivados da 1ª emissão de debêntures da Codemig.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A relação entre as disponibilidades financeiras frente aos compromissos de empréstimos é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Total dos empréstimos (Nota 17)	418.937	447.816	418.937	447.816
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(457.850)	(584.284)	(458.829)	(585.652)
Dívida líquida (se negativo, caixa líquido)	(38.913)	(136.468)	(39.892)	(137.836)
Total do patrimônio líquido	1.448.160	1.362.726	1.448.214	1.363.403
Total do capital (Nota 23)	845.430	845.430	845.430	845.430

4 Instrumentos financeiros

Classificação por categoria de ativos e passivos financeiros ao valor de custo:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Ativos				
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa, exceto aplicações financeiras	10.568	17.939	11.326	18.559
Aplicações financeiras e fundos de investimentos	447.282	566.345	447.503	567.093
Contas a receber	78.274	60.298	80.765	61.598
Dividendos a receber	1.953	1.953	4.251	4.236
Tributos a recuperar	25.422	25.913	27.203	27.170
Depósitos judiciais	28.143	28.080	28.156	28.100
Mútuo	-	3.275	-	-
Outros ativos	365	465	491	583
	592.007	704.268	599.695	707.339
Disponível para venda				
BDMG	175.960	175.960	175.960	175.960
FIDC	11.304	11.091	11.304	11.091
FIP Aerotec	-	-	1.003	543
	187.264	187.051	188.267	187.594
Total de instrumentos financeiros ativos	779.271	891.319	787.962	894.933
Passivos				
Custo amortizado				
Contas a pagar	66.775	229.907	67.546	230.885
Empréstimos e financiamentos	418.937	447.816	418.937	447.816
Adiantamento e cauções recebidas	88.561	88.561	89.655	90.109
Salários e encargos sociais	10.295	10.116	15.212	16.832
Indenizações a pagar	11.495	-	11.495	-
Dividendos a pagar	55.027	55.027	55.027	55.027
Tributos a recolher	2.625	3.608	2.842	4.025
Imposto diferido	216	144	5.359	276
Outros passivos	1.986	1.221	2.005	1.297
Total de instrumentos financeiros passivos	655.917	836.400	668.078	846.267

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Caixa e bancos conta movimento	10.568	17.939	11.326	18.559
Fundos de investimentos	78.086	66.375	78.286	66.379
Certificados de depósitos bancários – CDB	369.196	499.970	369.217	500.714
	<u>457.850</u>	<u>584.284</u>	<u>458.829</u>	<u>585.652</u>

As aplicações financeiras estão registradas pelo seu valor justo e são lastreadas em Certificado de Depósitos Bancários - CDBs e operações de títulos, todos remunerados diariamente com a rentabilidade média de 102,34% do CDI - Certificados de Depósitos Interbancários em 31 de março de 2017 (101,53 % em 31 de dezembro de 2016).

6 Contas a receber

As contas a receber do Grupo correspondem substancialmente aos valores a receber advindos do resultado da SCP dos últimos 30 dias à data de apresentação desta demonstração financeira. Considerando que há uma prática de recebimento mensal dos resultados da SCP, seu saldo pode apresentar oscilações sem correlação à variação das receitas acumuladas do período, uma vez que as bases temporais não são correlatas. Além disso, o Grupo possui também valores a receber decorrentes: de arrendamentos, da venda de vouchers aéreos do projeto Voe Minas Gerais, da administração do terminal rodoviário Governador Israel Pinheiro, da venda de imóveis no curso normal das atividades e da comercialização de água mineral. Estão apresentados a valores de realização vigentes na data das demonstrações financeiras.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
<u>Sociedade em Conta de Participação:</u>				
CBMM - Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração	70.651	50.554	70.651	50.554
<u>Outros contas a receber:</u>				
Arrendamentos e recebíveis operacionais	12.930	13.845	16.114	17.103
Contas a receber por venda de imóveis	1.253	1.199	1.253	1.199
Demais contas	-	1.266	-	-
	<u>84.834</u>	<u>66.864</u>	<u>88.018</u>	<u>68.856</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.560)	(6.566)	(7.253)	(7.258)
	<u>78.274</u>	<u>60.298</u>	<u>80.765</u>	<u>61.598</u>

A composição destes saldos por vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
A Vencer	78.274	60.298	80.765	61.598
Vencidos:				
Há mais de 60 dias	6.560	6.566	7.253	7.258
	<u>84.834</u>	<u>66.864</u>	<u>88.018</u>	<u>68.856</u>

A Companhia e suas controladas constituem provisão perda de crédito de liquidação duvidosa (“PCLD”) quando a Administração entende que há indicação de perda na realização de tais créditos. A Administração analisou individualmente a situação dos seus recebíveis em cada data-base e constituiu provisão para perdas prováveis com base em seu julgamento. A composição da provisão

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de R\$6.560 decorre substancialmente de *royalties* de direito de exploração mineral antigos e não recebidos. A movimentação da provisão para perdas de contas a receber está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Saldo inicial	(6.566)	(10.427)	(7.258)	(10.752)
Constituição	-	-	(1)	(367)
Reversão por recebimento do título	6	13	6	13
Reversão por baixa do título / perda	-	3.848	-	3.848
Saldo final	(6.560)	(6.566)	(7.253)	(7.258)

7 Títulos públicos

A Codepar, considerando o período de silêncio do Banco Central do Brasil desde o envio da solicitação de aprovação do processo de emissão de novas ações do Banco Mercantil de Investimentos - BMI encaminhado em março de 2016, solicitou ao banco cancelamento da emissão das ações e conseqüentemente de sua subscrição. Baseado na Resolução 2.027 de 1993 do BCB os montantes recebidos pelo Banco Mercantil de Investimentos na subscrição de capital da qual a Codepar participou foram utilizadas para a aquisição de títulos públicos federais em nome dos subscritores.

Tais títulos, adquiridos pelo BMI em nome da Codepar, após os trâmites internos, foram integralmente resgatados pela Codepar, que recebeu em junho de 2017 o montante aportado em março de 2016 atualizado pelo ganho da marcação à mercado dos referidos títulos. Portanto, o Grupo, considerando sua mudança de intenção em relação a sua participação do BMI subscrita e integralizada, reclassificou o saldo da participação no BMI para títulos públicos de curto prazo em 01 de janeiro de 2017 e registrou sua valorização durante o exercício de 2017 como um ajuste de avaliação patrimonial até sua efetiva realização, quando registrou, em junho de 2017, seu ganho total do período de seis meses em suas receitas financeiras. Até 31 de março de 2017, os títulos acumularam uma valorização de R\$15.128 e totalizavam R\$167.913. Tal valorização também resultou no registro de tributos diferidos no montante de R\$5.144.

8 Dividendos a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Dividendos a receber Comipa	769	769	769	769
Juros sobre capital próprio BDMG	1.184	1.184	1.184	1.184
Dividendos a receber Helibrás	-	-	2.298	2.283
	1.953	1.953	4.251	4.236

9 Impostos e contribuições a recuperar

Corresponde basicamente ao imposto de renda retido na fonte sobre as aplicações financeiras da controladora de 2017 e anos anteriores e antecipações no recolhimento de imposto de renda e contribuição social. Pelo fato da Companhia apresentar prejuízo fiscal recorrente, os valores são realizados mediante a compensação dos impostos e contribuições federais a pagar da operação (PIS, COFINS e IRRF sobre a folha de pagamentos).

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Imposto de renda	24.690	25.180	25.401	25.876
Contribuição social	727	727	836	835
Outros impostos e contribuições a recuperar	5	6	966	459
	<u>25.422</u>	<u>25.913</u>	<u>27.203</u>	<u>27.170</u>
Circulante	6.751	10.619	7.825	11.585
Não circulante	18.671	15.294	19.378	15.585
	<u>25.422</u>	<u>25.913</u>	<u>27.203</u>	<u>27.170</u>

10 Depósitos judiciais

Referem-se a valores depositados em juízo em razão da desapropriação de terrenos no entorno da Cidade Administrativa bem como de outros processos judiciais em andamento. Os valores são realizados na medida em que os processos judiciais transitam em julgado.

O saldo dos depósitos judiciais efetuados está demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Desapropriação terrenos entorno Cidade Administrativa	26.745	26.745	26.745	26.745
Demais depósitos	1.398	1.335	1.411	1.355
	<u>28.143</u>	<u>28.080</u>	<u>28.156</u>	<u>28.100</u>

A Codemig protocolou acordos judiciais formalizando a desistência da desapropriação de alguns terrenos do entorno da Cidade Administrativa do Estado de Minas Gerais. Dos acordos protocolados, R\$274 mil foram homologados, enquanto outros R\$4.121 aguardam homologação, todos não levantados até 31 de março de 2017. Além dos acordos de desistência, foi protocolado em juízo acordo para efetivar a desapropriação de parte dos terrenos no montante de R\$10.735, homologados em janeiro de 2017 e que estavam aguardando o levantamento da quantia depositada em juízo até 31 de março de 2017.

11 Estoque de imóveis a comercializar

Representam estoque de terrenos nas cidades de Ribeirão das Neves, no Estado de Minas Gerais, que não serão destinados para uso próprio do Grupo e, conseqüentemente, estão disponíveis para venda a terceiros. A composição dos saldos por localidade está demonstrada a seguir:

	Controladora e consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016
Distritos industriais	16.250	13.317
Ribeirão das Neves	27.185	27.185
Sete Lagoas	-	1.632
Governador Valadares	-	1.244
	<u>43.435</u>	<u>43.378</u>
Provisão para redução ao valor recuperável	(13.483)	(13.498)
	<u>29.952</u>	<u>29.880</u>

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Participações societárias e instrumentos financeiros

A carteira de participações societárias é composta por empresas coligadas e controladas, sobre as quais a Codemig exerce influência significativa e controle, respectivamente, e por outras empresas em que não existe influência significativa, neste último caso considerados instrumentos financeiros disponíveis para venda.

12.1 Outros ativos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
BDMG				
Saldo inicial	175.960	193.952	175.960	193.952
Capitalização do JCP	-	-	-	-
Venda de ações	-	(17.992)	-	(17.992)
	<u>175.960</u>	<u>175.960</u>	<u>175.960</u>	<u>175.960</u>
FIDC - APL Minas Gerais				
Saldo inicial	11.091	-	11.091	-
Aquisição de cotas	-	10.500	-	10.500
Valorização de cotas	213	591	213	591
	<u>11.304</u>	<u>11.091</u>	<u>11.304</u>	<u>11.091</u>
FIP AEROTEC				
Saldo inicial	-	-	543	-
Aquisição de cotas	-	-	1.680	1.400
Desvalorização de cotas	-	-	(1.220)	(857)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.003</u>	<u>543</u>
Total	<u>187.264</u>	<u>187.051</u>	<u>188.267</u>	<u>187.594</u>

BDMG

Em 31 de outubro de 2012 e 29 de novembro de 2012, a Companhia efetuou pagamentos no montante de R\$50.000 e R\$130.000, respectivamente, e adquiriu o total de 5.999.999.999 ações ordinárias de emissão do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG, representando 11,59% de participação acionária. O BDMG é controlado pelo Governo de Estado de Minas Gerais e, portanto, parte relacionada da Companhia.

Em 2013 e 2014 foram capitalizados lucros e valores de JCP – Juros sobre o capital próprio. Com estas capitalizações da Codemig no capital social do BDMG, a Companhia encerrou o exercício de 2013 com um total de 6.114.317.103 ações. Em 2014 este valor alcançou o montante de 6.231.272.133 ações, ficando o percentual de participação em 10,24%.

Conforme AGE datada de 26 de agosto de 2015, foram capitalizados lucros residuais do exercício de 2014, no montante de R\$1.996, correspondente à participação da Companhia.

Conforme AGE datada de 29 de dezembro de 2015, foi aprovada a destinação de créditos de juros sobre capital próprio aos acionistas, no valor de R\$19.000, referente ao exercício de 2015. Assim disposto coube a Codemig, conforme proporção da participação no capital social do BDMG, os dividendos mínimos obrigatórios de R\$2.054 deduzidos de R\$369 referentes ao imposto de renda retido na fonte. Assim a Codemig passou a ter um crédito de R\$1.685 junto ao BDMG que poderia ser recebido em espécie ou usado para aumento de capital, conforme decisão de futura assembleia.

Na AGO realizada em 28 de abril de 2016 tornou-se sem efeito o disposto na AGE de dezembro de 2015 sobre a destinação de R\$19.000 de crédito de juros sobre capital próprio, em função do prejuízo no período de R\$23.509 totalmente absorvido pelo saldo da reserva legal. Sendo assim, os créditos da Codemig também foram revertidos.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 16 de junho de 2016 a Codemig firmou um contrato de compra e venda de ações com a Minas Gerais Participações S.A. – MGI o qual formalizou a venda de 0,9% da participação do BDMG, por valor de livros – R\$17.992. Sendo assim, 578.039.299 ações ordinárias de emissão do BDMG foram alienadas do patrimônio da Codemig, de modo que em 30 de setembro de 2016 a Companhia apresentou uma participação no BDMG de 9,24% de participação no referido banco.

Conforme AGE datada de 29 de dezembro de 2016, foi aprovada a destinação de créditos de juros sobre capital próprio aos acionistas, no valor de R\$15 milhões, referente ao exercício de 2016. Assim disposto, coube a Codemig, conforme proporção da participação nas ações do BDMG, os juros sobre capital próprio no montante de R\$1.393 deduzidos de R\$209 referentes ao imposto de renda retido na fonte. Assim, a Codemig passou a ter em 31 de dezembro de 2016 um crédito de R\$ 1.184 junto ao BDMG que poderia ser recebido em espécie e/ou usado para aumento de capital, após decisão de futura assembleia. Em 31 de dezembro de 2016 a Codemig detinha um ativo no montante de R\$175.960, correspondentes a 8,80% de participação do BDMG.

O aporte de capital no BDMG tem como objetivo induzir de forma indireta o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais, pela alavancagem da capacidade do banco de conceder financiamento para empreendimentos de pequeno, médio e grande porte no Estado de Minas Gerais.

As justificativas para o Classificação e categorização da participação no BDMG como instrumento financeiro disponível para venda estão demonstradas na Nota 2.5 (b).

Fundos de investimento

FIDC APL Minas Gerais

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios APL Santa Rita é classificado como um fundo de fomento mercantil, nos termos da Deliberação ANBIMA. É regido pelas disposições legais regulamentares, especialmente a Resolução CMN N° 2.907/01 e a Instrução CVM n° 356/01, e alterações posteriores. O fundo é administrado pelo Bancoob DTVM, vencedora de processo licitatório conduzido pela Companhia.

O objetivo do fundo é proporcionar aos seus cotistas a valorização de suas cotas e o rendimento de longo prazo, por meio da aquisição de direitos creditórios emitidos por empresas ligadas ao Arranjo Produtivo Eletroeletrônico (APL) de Santa Rita do Sapucaí, observados os limites de composição e diversificação da carteira de investimentos. O fundo terá duração de 36 meses, contados a partir de 16 de junho de 2016, data da primeira integralização de cotas, sendo prorrogável mediante deliberação aprovada em Assembleia Geral de Cotistas.

No dia 14 de dezembro de 2016, a aquisição de direitos creditórios do fundo foi suspensa devido ao desenquadramento da carteira informado pela administradora via fato relevante. Para tratar do assunto foi realizada uma Assembleia Geral de Cotistas no dia 23 de dezembro de 2016 na qual a administradora foi autorizada a solicitar a prorrogação de prazo de enquadramento ao órgão regulador, CVM. Em 2 de março de 2017, a Bancoob DTVM, comunicou, por meio da publicação de fato relevante, o deferimento pela CVM ao pedido de prorrogação de prazo para o enquadramento da carteira do fundo. A prorrogação reestabeleceu as aquisições de novos direitos creditórios, de forma que a carteira do fundo possua no mínimo 50% de seu patrimônio líquido representado por direitos creditórios, nos termos previstos do artigo 40 da Instrução CVM N° 356/2001.

FIP AEROTEC

O AEROTEC - Fundo de Investimento em Participações foi constituído sob a forma de condomínio fechado e é regido por seu Regulamento, de acordo com a Instrução CVM n° 578/16 e demais disposições legais e regulamentares. Classificado como um fundo restrito tipo 2, nos termos da Deliberação ANBIMA, é destinado exclusivamente a investidores profissionais. A Administração e gestão do Fundo serão responsabilidade da Confrapar Participações e Pesquisa S/A, vencedora de processo licitatório conduzido pela Codepar.

O objetivo preponderante do fundo é obter rendimentos de longo prazo aos seus cotistas, por meio de investimentos diretos e/ou indiretos, em valores mobiliários de emissão de empresas com sede social estabelecida no Estado de Minas Gerais, que possuam alto potencial de crescimento e atuação no setor aeroespacial. O fundo também mantém foco de em tecnologias de manufatura aditiva e/ou avançada, alinhando-se ao planejamento e à política de investimentos da Codemig.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O prazo de duração do fundo será de 10 anos contados a partir da data de seu registro na CVM, prazo este que poderá ser prorrogado, mediante proposta do Administrador/Gestor, por até cinco períodos adicionais de um ano.

A Codemig, por meio de sua subsidiária integral, Codepar, já realizou duas integralizações de quotas no AEROTEC, totalizando um investimento de aproximadamente R\$3 milhões, valor equivalente à 3,60% do capital subscrito do fundo. A primeira delas ocorreu em 28 de setembro de 2016, no valor de R\$1,4 milhões, equivalentes a 1% do total das quotas subscritas, conforme chamada de capital realizada em 26 de outubro de 2016. A segunda integralização ocorreu em 3 de março de 2017, no valor de R\$1,7 milhões, equivalentes a 1,2% do total das quotas subscritas.

A composição dos saldos dos fundos está apresentada da seguinte maneira:

Fundo	Administrador	31/03/2017	31/12/2016
FIDC APL Minas Gerais	Bancoob DTVM	11.304	11.091
FIP AEROTEC	Confrapar Participações	1.003	543
		<u>12.307</u>	<u>11.634</u>

Os fundos do Grupo possuem as seguintes disposições de capital:

Fundo	Capital comprometido	Capital investido	Capital à investir
FIDC APL Minas Gerais (i)	50.000	10.500	-
FIP AEROTEC	140.000	3.080	136.920
	<u>190.000</u>	<u>13.580</u>	<u>136.920</u>

(i) Considerando a manifestação pela liquidação do fundo, no entendimento do Grupo, não há capital à investir. Vide Nota 31.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12.2 Investimentos em coligadas e controladas

O Grupo possui investimentos em controladas e coligadas visando o desenvolvimento econômico diversificado do Estado de Minas Gerais. Naqueles investimentos em que possui influência significativa, o Grupo formalizou acordos de acionistas e outros documentos pertinentes visando a proteção de seus direitos enquanto acionista minoritário, não integrante de bloco de controle.

Natureza e extensão das participações materiais em coligadas e controladas do Grupo:

Controladas (a) e coligadas (b)	Sede	Quantidade de ações / Quotas		% participação no capital social		Natureza do Investimento
		Ordinárias	Preferenciais	Total	Votante	
Controladora						
CODEPAR	(a) Belo Horizonte	356.836.000	-	100,00%	100,00%	Veículo de investimentos, subsidiária integral da CODEMIG.
CODEÁGUAS	(a) Belo Horizonte	2.795.900	-	99,99%	99,99%	Empresa limitada do ramo de bebidas e extração de água mineral.
PROMINAS	(a) Belo Horizonte	1.641.354.029	-	99,78%	99,78%	Criação e controle para apoio no setor de turismo e eventos com a locação de instalações.
COMIPA	(b) Araxá	187.272.000	20.783.520	50,99%	48,26%	Aquisição primária de ações para exploração mineral de Nióbio.
Consolidado						
COMIPA	(b) Araxá	187.272.000	20.783.520	50,99%	48,26%	Aquisição primária de ações para exploração mineral de Nióbio.
IAS	(b) São José da Lapa	1.764.706	-	15,00%	15,00%	Aquisição primária de ações para apoio do setor Aeroespacial.
Helibrás	(b) Itajubá	70.190.051	13.292.583	15,51%	25,00%	Aquisição primária de ações para apoio do setor Aeroespacial.
Vodafone Brasil	(b) Nova Lima/MG	412.236	-	42,80%	42,80%	Aquisição primária de ações para apoio do setor de telecomunicações sem fio.

A Codepar, considerando o período de silêncio do Banco Central do Brasil desde o envio da solicitação de aprovação do processo de emissão de novas ações do Banco Mercantil de Investimentos - BMI encaminhado em março de 2016, solicitou ao banco cancelamento da emissão das ações e conseqüentemente de sua subscrição. Baseado na Resolução 2027 de 1993 do BCB, os montantes recebidos numa subscrição inicial de aumento de capital devem ser mantidos em títulos públicos federais. Tais títulos, adquiridos pelo BMI em nome da Codepar, após os trâmites internos, foram integralmente resgatados pela Codepar, que recebeu em junho de 2017 o montante aportado em março de 2016 atualizado pelo ganho da marcação à mercado dos referidos títulos. Portanto, o Grupo, considerando sua mudança de intenção em relação a sua participação do BMI subscrita e integralizada, reclassificou o saldo da participação no BMI para instrumentos financeiros de curto prazo e registrou sua valorização no exercício de 2017 como uma ajuste de avaliação patrimonial até sua efetiva realização, quando registrou, em março de 2017, seu ganho total do período de três meses em suas receitas financeiras.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Composição dos saldos dos investimentos:

<u>Investimentos</u>					Controladora	
					31/03/2017	31/12/2016
	Valor patrimonial do investimento	Valor da mais valia	Ágio (goodwill)	Total	Total	
CODEPAR	360.499	-	-	360.499	349.260	
CODEÁGUAS	985	-	-	985	1.336	
PROMINAS	13.561	-	-	13.561	6.529	
COMIPA	390	-	-	390	268	
Outros investimentos	1.267	-	-	1.267	1.264	
	376.702	-	-	376.702	358.657	
					Consolidado	
					31/03/2017	31/12/2016
<u>Investimentos</u>	Valor patrimonial do investimento	Valor da mais valia	Ágio (goodwill)	Total	Total	
COMIPA	390	-	-	390	268	
IAS (i) (ii)	5.577	18.579	1.392	25.548	25.134	
Helibrás (i)	41.611	56.387	21.076	119.074	118.301	
Vodafone Brasil (i) (ii)	11.958	15.367	21.155	48.480	49.947	
BMI (i)	-	-	-	-	152.785	
Outros investimentos	1.274	-	-	1.274	1.271	
	60.809	90.333	43.623	194.766	347.706	

(i) Empresas coligadas à Codepar.

(ii) Foram utilizadas como base de cálculo da equivalência da IAS e da Vodafone Brasil, as informações financeiras de 28 de fevereiro de 2017.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação dos investimentos em controladas e coligadas durante o semestre findo em 31 de março de 2017:

								Controladora
Controladas (a) e coligadas (b)	Saldo em 01/01/2017	Aquisição de participação	Reclassificação da participação	Resultado de equivalência patrimonial	Ajuste pós aquisição no valor justo	Ajuste de avaliação patrimonial reflexo dos investimentos	Distribuição de dividendos	Saldo em 31/03/2017
CODEPAR	(a) 349.260	2.200	-	(5.889)	-	14.928	-	360.499
CODEÁGUAS	(a) 1.336	230	-	(581)	-	-	-	985
PROMINAS	(a) 6.529	7.564	-	(1.153)	-	621	-	13.561
COMIPA	(b) 268	-	-	122	-	-	-	390
Outros investimentos	1.264	14	-	(11)	-	-	-	1.267
	358.657	10.008	-	(7.512)	-	15.549	-	376.702
								Consolidado
Coligadas	Saldo em 01/01/2017	Aquisição de participação	Reclassificação da participação	Resultado de equivalência patrimonial	Ajuste pós aquisição no valor justo	Ajuste de avaliação patrimonial reflexo dos investimentos	Distribuição de dividendos	Saldo em 31/03/2017
COMIPA	268	-	-	122	-	-	-	390
IAS (i) (ii)	25.134	-	-	519	(90)	-	(15)	25.548
Helibrás (i)	118.301	-	-	(493)	(2.559)	3.825	-	119.074
Vodafone Brasil (i) (ii)	49.947	-	-	(3.166)	(225)	1.924	-	48.480
BMI (i)	152.785	-	(152.785)	-	-	-	-	-
Outros investimentos	1.271	14	-	(11)	-	-	-	1.274
	347.706	14	(152.785)	(3.029)	(2.874)	5.749	(15)	194.766

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Informações financeiras da carteira de investimentos:

(a) Informações patrimoniais

<u>Investidas</u>	<u>Ativo circulante</u>	<u>Ativo não circulante</u>	<u>Passivo circulante</u>	<u>Passivo não circulante</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Receita bruta</u>	<u>Lucros e (prejuízos)</u>
Controladas							
CODEPAR	170.832	194.811	1	5.144	360.498	-	(5.889)
CODEÁGUAS	2.038	93	1.147	-	984	709	(581)
PROMINAS	3.367	16.849	6.158	442	13.616	512	(1.156)
Coligadas							
COMIPA	5.857	497	5.559	31	764	68.016	1.508
IAS (i) (ii)	43.634	19.689	20.986	5.155	37.182	888	(834)
Helibrás (i)	655.674	292.412	263.667	416.115	268.304	24.205	(3.180)
Vodafone Brasil (i) (ii)	10.397	44.839	21.708	4.954	28.574	3.531	(2.934)

(b) Informações de resultado do período sob análise

<u>Investidas</u>	<u>Lucros e (prejuízos)</u>	<u>Outros resultados abrangentes</u>	<u>Resultado abrangente total</u>
Controladas			
CODEPAR	(5.889)	5.749	(140)
CODEÁGUAS	(581)	-	(581)
PROMINAS	(1.156)	-	(1.156)
Coligadas			
COMIPA	1.508	-	1.508
IAS (i) (ii)	(834)	-	(834)
Helibrás (i)	(3.180)	3.825	645
Vodafone Brasil (i) (ii)	(2.934)	1.924	(1.010)

(i) Empresas coligadas à Codepar.

(ii) Foram utilizadas como base de cálculo da equivalência da IAS e Vodafone do Brasil, as informações financeiras de 28 de fevereiro de 2017.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Imobilizado

O imobilizado do Grupo se compõe como segue:

				Controladora	
				31/03/2017	31/12/2016
	Custo	Depreciação acumulada	Impairment	Saldo líquido	Saldo líquido
Terrenos	263.012	-	(2.274)	260.738	255.139
Prédios e benfeitorias	578.923	(119.282)	(1.406)	458.235	447.951
Equipamentos operacionais	64.309	(31.843)	-	32.466	33.773
Imobilizado em andamento	141.139	-	(80)	141.059	158.627
Outros imobilizados	16.711	-	-	16.711	16.748
	1.064.094	(151.125)	(3.760)	909.209	912.238
				Consolidado	
				31/03/2017	31/12/2016
	Custo	Depreciação acumulada	Impairment	Saldo líquido	Saldo líquido
Terrenos	275.569	-	(2.274)	273.295	267.696
Prédios e benfeitorias	600.281	(136.530)	(1.406)	462.345	452.277
Equipamentos operacionais	64.403	(31.845)	-	32.558	33.867
Imobilizado em andamento	141.139	-	(80)	141.059	158.627
Outros imobilizados	20.368	(3.493)	-	16.875	16.989
	1.101.760	(171.868)	(3.760)	926.132	929.456

Movimentação do imobilizado:

					Controladora
	31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências	31/03/2017
Custo					
Terrenos	257.413	-	(50)	5.649	263.012
Prédios e benfeitorias	566.864	-	-	12.059	578.923
Equipamentos operacionais	67.122	106	(1.413)	(1.506)	64.309
Imobilizado em andamento	158.707	140	-	(17.708)	141.139
Outros imobilizados	16.748	55	-	(92)	16.711
	1.066.854	301	(1.463)	(1.598)	1.064.094
Depreciação					
Prédios e benfeitorias	(117.486)	(1.798)	2	-	(119.282)
Equipamentos operacionais	(33.349)	(995)	1.411	1.090	(31.843)
	(150.835)	(2.793)	1.413	1.090	(151.125)
Impairment	(3.781)	-	21	-	(3.760)
Imobilizado líquido	912.238	(2.492)	(29)	(508)	909.209

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

					Consolidado
	31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências	31/03/2017
Custo					
Terrenos	269.970	-	(50)	5.649	275.569
Prédios e benfeitorias	588.222	-	-	12.059	600.281
Equipamentos operacionais	67.216	106	(1.413)	(1.506)	64.403
Imobilizado em andamento	158.707	140	-	(17.708)	141.139
Outros imobilizados	20.403	57	-	(92)	20.368
	1.104.518	303	(1.463)	(1.598)	1.101.760
Depreciação					
Prédios e benfeitorias	(134.518)	(2.014)	2	-	(136.530)
Equipamentos operacionais	(33.349)	(997)	1.411	1.090	(31.845)
Ouros imobilizados	(3.414)	(79)	-	-	(3.493)
	(171.281)	(3.090)	1.413	1.090	(171.868)
<i>Impairment</i>	(3.781)	-	21	-	(3.760)
Imobilizado líquido	929.456	(2.787)	(29)	(508)	926.132

O valor residual total de bens do ativo imobilizado cedido em garantia era de R\$5.033 em 31 de março de 2017 (R\$1.550 em 31 de dezembro de 2016).

14 Intangível

O intangível do Grupo se compõe como segue:

				Controladora	
				31/03/2017	31/12/2016
	Custo	Amortização acumulada	Impairment	Saldo líquido	Saldo líquido
Custos de desenvolvimento	9.403	-	-	9.403	8.747
Direitos contratuais	1.644	(59)	-	1.585	845
Marcas e patentes	209	(1.130)	-	(921)	209
Softwares	1.636	-	-	1.636	-
Direitos de lavra e Jazidas	12.100	-	(11.866)	234	234
	24.992	(1.189)	(11.866)	11.937	10.035
				Consolidado	
				31/03/2017	31/12/2016
	Custo	Amortização acumulada	Impairment	Saldo líquido	Saldo líquido
Custos de desenvolvimento	9.403	-	-	9.403	8.747
Direitos contratuais	1.644	(59)	-	1.585	845
Marcas e patentes	209	(1.130)	-	(921)	209
Softwares	1.636	-	-	1.636	-
Direitos de lavra e Jazidas	12.100	-	(11.866)	234	234
	24.992	(1.189)	(11.866)	11.937	10.035

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação do intangível:

					Controladora
	31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências	31/03/2017
Custo					
Custos de desenvolvimento	8.747	656	-	-	9.403
Direitos contratuais	860	784	-	-	1.644
Marcas e patentes	209	-	-	-	209
Softwares	-	38	-	1.598	1.636
Direitos de lavra e Jazidas	12.100	-	-	-	12.100
	<u>21.916</u>	<u>1.478</u>	<u>-</u>	<u>1.598</u>	<u>24.992</u>
Amortização					
Direitos contratuais	(15)	(44)	-	-	(59)
Software	-	(40)	-	(1.090)	(1.130)
	<u>(15)</u>	<u>(84)</u>	<u>-</u>	<u>(1.090)</u>	<u>(1.189)</u>
<i>Impairment</i>	(11.866)	-	-	-	(11.866)
Intangível líquido	<u>10.035</u>	<u>1.394</u>	<u>-</u>	<u>508</u>	<u>11.937</u>
					Consolidado
	31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências	31/03/2017
Custo					
Custos de desenvolvimento	8.747	656	-	-	9.403
Direitos contratuais	860	784	-	-	1.644
Marcas e patentes	209	-	-	-	209
Softwares	-	38	-	1.598	1.636
Direitos de lavra e Jazidas	12.100	-	-	-	12.100
	<u>21.916</u>	<u>1.478</u>	<u>-</u>	<u>1.598</u>	<u>24.992</u>
Amortização					
Direitos contratuais	(15)	(44)	-	-	(59)
Software	-	(40)	-	(1.090)	(1.130)
	<u>(15)</u>	<u>(84)</u>	<u>-</u>	<u>(1.090)</u>	<u>(1.189)</u>
<i>Impairment</i>	(11.866)	-	-	-	(11.866)
Intangível líquido	<u>10.035</u>	<u>1.394</u>	<u>-</u>	<u>508</u>	<u>11.937</u>

A Codemig investe recursos no desenvolvimento de dois projetos cujos resultados futuros contribuirão para o incremento das receitas do Grupo. O primeiro e mais significativo é o desenvolvimento de processos de produção de grafeno em escala com manutenção de suas propriedades essenciais padronizadas. O segundo é o desenvolvimento dos processos produtivos de hidróxidos e sulfatos duplos e implantação do 1º laboratório-fábrica de ímãs de terras-raras no Brasil.

Ambos os projetos de desenvolvimento, embora possuam incertezas com relação à seus mercados, tem seu estudo de viabilidade elaborado e são considerados pela Administração como potenciais novos grandes geradores de riqueza do Grupo, complementando a receita advinda do nióbio explorado através da SCP com a CBMM, acrescentando, assim, a participação de outras receitas no mix do Grupo.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Transações com partes relacionadas

(a) Saldos patrimoniais e transações com partes relacionadas

	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/03/17	31/12/16	31/03/17	31/12/16	31/03/17	31/03/16	31/03/17	31/03/16
Controladas								
CODEPAR								
<i>Circulante</i>								
Despesas compartilhadas	-	-	-	-	-	197	-	-
CODEÁGUAS								
<i>Não circulante</i>								
Despesas compartilhadas	388	384	-	-	-	-	(388)	-
PROMINAS								
<i>Circulante</i>								
Contas a receber / receita	6	1.266	-	-	6	-	-	-
<i>Não circulante</i>								
Mútuo / juros ativos	-	3.275	-	-	47	9	-	-
Coligadas								
COMIPA								
<i>Circulante</i>								
Contas a receber / receita	-	-	-	-	4	-	-	-
Dividendos a receber	769	769	-	-	-	-	-	-
Outros								
CBMM								
<i>Circulante</i>								
Contas a receber / receita	70.651	50.554	-	-	205.629	250.395	-	-
Contas a pagar / IR	-	-	60.194	225.926	(66.561)	(81.099)	-	-
<i>Não circulante</i>								
Adiantamento de recebíveis	-	-	88.561	88.561	-	-	-	-
MGI								
<i>Não circulante</i>								
Contas a receber	17.992	17.992	-	-	-	-	-	-

(b) Concessão de direito de uso de imóveis a partes relacionadas

O Grupo possui diversos imóveis cedidos em comodato ou arrendados por valores inferiores ao preço de mercado, a partes relacionadas. Esses imóveis são localizados em diversos municípios do Estado de Minas Gerais. Quando existe o interesse por parte da administração na alienação do imóvel, o contrato pode ser rescindido sem nenhum ônus para quaisquer das partes, desde que cumpridas as formalidades contratuais.

(c) Remuneração da administração

As despesas com remuneração e encargos dos principais executivos e administradores da Companhia durante o período de três meses findo em 31 de março de 2017 totalizaram R\$1.231 (R\$1.226 em 31 de março de 2016).

16 Contas a pagar

As contas a pagar são obrigações por bens ou serviços adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios e também os impostos gerados na operação da SCP.

A composição destas contas a pagar está demonstrada a seguir:

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Controladora	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
IRPJ / CSLL- SCP (i)	60.194	217.835	60.194	217.835
Valores a pagar SCP	1.665	8.091	1.665	8.091
Fornecedores nacionais	4.916	3.981	5.687	4.959
	<u>66.775</u>	<u>229.907</u>	<u>67.546</u>	<u>230.885</u>

(i) A Companhia, através de sua participação na SCP em conjunto com a CBMM, recebe mensalmente os recursos oriundos da atividade da exploração do nióbio. Os impostos e demais passivos em aberto da SCP na data de encerramento do balanço são reconhecidos pela Companhia como contas a pagar – SCP, uma vez que serão devolvidos à mesma quando da quitação dos débitos. Tais saldos em aberto no balanço correspondem aos saldos dos tributos devidos acumulados do exercício corrente. Os saldos são acumulados até o mês de dezembro e sua quitação ocorre em janeiro do exercício subsequente.

17 Empréstimos e financiamentos

Os saldos dos empréstimos e financiamentos estão assim demonstrados:

	Controladora e consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016
Debêntures	421.890	450.660
Juros	2.987	3.501
Custos da transação	(5.940)	(6.345)
	<u>418.937</u>	<u>447.816</u>
Circulante	116.447	116.961
Não circulante	302.490	330.855
	<u>418.937</u>	<u>447.816</u>
	Controladora e consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016
Saldo inicial	447.816	561.953
Amortização do principal	(28.770)	(115.080)
Pagamento de juros	(15.831)	(82.652)
Juros incorridos	15.722	83.595
Saldo final	<u>418.937</u>	<u>447.816</u>

Conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 06 de novembro de 2012, a Companhia aprovou uma emissão privada, em série única, de 70.000 debêntures simples, não conversíveis em ações de emissão da Companhia, com valor nominal de R\$10 cada, perfazendo um valor total de R\$700.000.

A emissão foi realizada nos termos da Instrução CVM – 476, permitindo a participação de somente investidores qualificados. As debêntures são garantidas pelos recebíveis da Companhia junto à CBMM, realizados através de sua SCP. Os títulos são remunerados por taxa equivalente ao CDI + 2,25% a.a. Os juros remuneratórios são pagos mensalmente.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As debêntures foram emitidas em 14 de novembro de 2012, com dois anos de carência do principal, e possuem vencimento final em 14 de novembro de 2020, com a primeira amortização paga em 14 de novembro de 2014. A escala de pagamentos futuros do principal é apresentada a seguir:

	Controladora e consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016
2017	88.082	116.961
2018	113.460	113.460
2019	113.460	113.460
2020 em diante	103.935	103.935
	<u>418.937</u>	<u>447.816</u>

A Companhia está sujeita a determinadas cláusulas restritivas existentes na escritura de emissão das debêntures, com base em determinados indicadores financeiros os quais devem ser apurados em bases semestrais. As cláusulas restritivas foram atendidas pela Companhia.

18 Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
PIS e COFINS	783	1.232	801	1.369
Imposto sobre mercadorias e serviços	787	733	961	924
Impostos e contribuições retidas de terceiros	302	369	308	390
Impostos e contribuições retidas sobre salários	426	1.002	445	1.070
IPTU	<u>327</u>	<u>272</u>	<u>327</u>	<u>272</u>
	<u>2.625</u>	<u>3.608</u>	<u>2.842</u>	<u>4.025</u>

19 Salários e encargos sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
INSS	2.010	1.893	2.180	2.118
Provisão de férias e 13º salário	5.452	5.045	5.780	5.489
Provisão de participação nos lucros e resultados (PLR)	2.201	2.201	2.201	2.201
Provisão para valores rescisórios (i)	-	-	4.436	6.000
Outros	<u>632</u>	<u>977</u>	<u>615</u>	<u>1.024</u>
	<u>10.295</u>	<u>10.116</u>	<u>15.212</u>	<u>16.832</u>

(i) A controlada Prominas provisionou em dezembro de 2016 o saldo de rescisões e encargos trabalhistas que ocorrerão no próximo exercício como consequência da decisão de seus sócios de extingui-la por meio de liquidação extrajudicial. O saldo foi deduzido pelas rescisões ocorridas no 1º trimestre de 2017.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Indenizações a pagar

A Companhia provisionou em 2017 o valor de R\$11.495 referente à Compensação Ambiental como resultado da autuação do Instituto Estadual de Florestas – IEF. A Compensação Ambiental é um instrumento definido no art. 36 da Lei Federal de nº 9985/2000 aplicável a todos os empreendimentos de significativo impacto ambiental. Neste sentido, durante o licenciamento ambiental da Cidade Administrativa do Estado de Minas Gerais, o órgão ambiental requereu, por meio da Licença de Instalação do empreendimento, o pagamento de compensação ambiental constituído por uma porcentagem definida pelo Instituto Estadual de Florestas – IEF, que incide sobre o valor de referência do empreendimento.

A porcentagem definida em parecer do IEF foi de 0,42% do valor de referência, que foi estipulado em R\$2.736.923. Desta forma, deverão ser pagos R\$11.495 em quatro parcelas mensais e subsequentes a ser iniciado em agosto de 2017 que deverão ser corrigidas mensalmente pela taxa SELIC até a sua quitação.

21 Adiantamentos e cauções recebidos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Adiantamento de receitas - SCP (i)	88.561	88.561	88.561	88.561
Adiantamento de clientes e cauções recebidas (ii)	-	-	1.094	1.548
	88.561	88.561	89.655	90.109
Circulante	-	-	992	1.259
Não circulante	88.561	88.561	88.663	88.850
	88.561	88.561	89.655	90.109

(i) A Companhia, através de sua participação na SCP em conjunto com a CBMM, pode concordar em participar dos adiantamentos realizados pela sócia ostensiva decorrentes de operações futuras da SCP. Do valor em aberto, R\$49,5 milhões foram recebidos em 2015 e R\$39 milhões em 2016 e são vinculados a receitas futuras a serem concretizadas entre 2022 e 2023, no primeiro caso, e entre 2020 e 2021 no segundo caso. Os custos financeiros e variações cambiais sobre tais encargos incidentes sobre esses adiantamentos de recebíveis são diretamente descontados do resultado da SCP, sem afetar, portanto, os saldos patrimoniais do Grupo. Por outro lado, a Codemig não participa da variação cambial do principal até o momento da vinculação do adiantamento com a receita realizada.

(ii) A controlada Prominas registra valores recebidos antecipadamente sob a forma de “sinal de reserva” e parcela do “saldo devedores”, relativos aos contratos de locação dos auditórios e salas do Minascentro, que posteriormente são apropriados como receitas por ocasião da realização dos eventos.

22 Provisões e passivos contingentes

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias e trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As provisões para contingências contabilizadas em 31 de março de 2017 estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Contingências trabalhistas	191	191	311	311
Contingências cíveis (i)	19.807	19.831	20.027	20.051
Contingências tributárias	1.376	1.357	1.376	1.357
	21.374	21.379	21.714	21.719

(i) Refere-se substancialmente a discussão judicial de acionista privado que não concorda com o valor atribuído para reembolso do direito de retirada, em razão da transformação da Companhia em empresa pública conforme definido na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de dezembro de 2010. A ação ordinária de autoria da Solaris Company Limited foi julgada pela 7ª Vara da Fazenda Estadual da Comarca de Belo Horizonte, com extinção do processo por ausência de pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo, confirmada pelo TJMG em recurso de Apelação e pendente de decisão de recurso Especial e Extraordinário.

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em outros processos relacionados a questões tributárias, trabalhistas e aspectos cíveis surgidos no curso normal dos seus negócios, envolvendo risco de perda classificado como possível perda pelos consultores jurídicos do Grupo, no montante de R\$38.301 em 31 de março de 2017 (R\$36.398 em 31 de dezembro de 2016), para as quais não é requerida a provisão para eventuais perdas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

23 Patrimônio líquido

(a) Capital Social

Em 31 de março de 2017 o capital social subscrito e integralizado é R\$845.430 (R\$845.430 em 31 de dezembro de 2016), representado por 124.819 ações sendo que o Governo do Estado de Minas Gerais detinha 124.818 ações e o BDMG detinha 1 ação.

Em 29 de abril de 2016 foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“AGOE”) o aumento de capital da Companhia no montante de R\$1.084 subscrito pelo acionista majoritário Estado de Minas Gerais mediante a emissão de 103 novas ações. Uma fração desse aumento foi destinada ao capital social no valor de R\$698 e o restante de R\$386 à constituição de reserva de capital, alterando o capital social subscrito de R\$794.158 para R\$794.856 divididos em 118.774 ações.

Ainda na mesma em AGOE, foi aprovada a integralização do aumento de capital de R\$9.630 deliberado em 23 de abril de 2015 em assembleia geral de acionistas, alterando o capital social subscrito de R\$794.856 para R\$804.486 divididos em 118.774 ações.

As integralizações ocorridas em 29 de abril de 2016 se deram a partir da capitalização de parte dos dividendos aprovados na Assembleia Geral Ordinária ocorrida na mesma data.

Em 13 de outubro de 2016 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital da Companhia no montante de R\$65.738 subscrito pelo acionista majoritário Estado de Minas Gerais mediante a emissão de 6.045 novas ações. Parte desse aumento foi destinado ao capital social (R\$40.944) e o restante à constituição de reserva de capital (R\$24.794), alterando o capital social subscrito de R\$804.486 para R\$845.430 divididos em 124.819 ações.

A integralização ocorrida em 13 de outubro de 2016 se deu a partir da cessão e transferência de ações da Helicópteros do Brasil S.A. - Helibrás avaliadas em R\$ 65.735 de titularidade do Estado de Minas Gerais para a Codemig, que por sua vez as transferiu para a sua subsidiária Codepar. O saldo remanescente da subscrição de R\$3 foi integralizado em moeda corrente nacional pelo Estado em 22 de novembro de 2016.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) **Reserva de capital** – R\$25.180: Refere-se ao ágio na emissão de ações.

(c) **Reservas de lucro:**

- (i) Reserva Legal – R\$34.276: Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social.
- (ii) Reserva de retenção de lucros – R\$514.571: Após a constituição da reserva legal, a proposição de dividendos e a compensação do saldo de prejuízos acumulados, a Companhia destinou o saldo dos lucros acumulados à constituição da reserva de retenção de lucros (reserva de lucros para expansão) com o propósito de retenção de recursos na Companhia para subsidiar e atender aos projetos de investimento aprovados no Conselho de Administração que, alinhados ao planejamento estratégico da Companhia, contribuem para o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais.

(d) **Ajuste de avaliação patrimonial**

Os saldos apresentados em ajuste de avaliação patrimonial de R\$28.703 em 31 de março de 2017 (R\$13.013 em 31 de março de 2016) demonstram impactos de contas patrimoniais já incorridos decorrentes de transações que somente serão reconhecidas no resultado em momentos futuros, normalmente na realização do ativo ou liquidação do passivo. É composto pelo impacto dos resultados abrangentes de empresas coligadas e controladas, além do registro da marcação ao valor justo de instrumentos financeiros disponíveis para venda e distorções causadas pela variação na participação em coligadas e controladas por diluição ou aquisição de participação.

(e) **Dividendos**

Os dividendos propostos com base nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016, sujeitos à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, foram calculados nos termos do estatuto da Companhia, em seu artigo 7º, parágrafo 4º, correspondendo a 25% do lucro líquido anual, após as deduções previstas em lei.

Em 31 de março de 2017 o saldo de dividendos a pagar é composto como segue:

	Controladora e consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016
Dividendos de minoritário	2	-
Dividendos de majoritário	55.025	55.027
	<u>55.027</u>	<u>55.027</u>

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24 Receita líquida e custo dos produtos e imóveis vendidos e serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016
Receita – SCP	205.629	250.395	205.629	250.395
Arrendamentos	5.599	16.554	6.455	16.517
Receita com vendas, serviços e locações	6.793	2.956	7.353	4.706
Receita bruta	218.021	269.905	219.437	271.618
Impostos (i)	(66.561)	(81.099)	(66.561)	(81.099)
Outros impostos	(1.473)	(1.804)	(1.674)	(1.970)
Receita líquida	149.987	187.002	151.202	188.549
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	-	-	(834)	(1.022)
Custo dos imóveis vendidos / locados	(2.928)	(9.511)	(2.928)	(9.511)
Lucro Bruto	147.059	177.491	147.440	178.016

(i) A Companhia recebe os recursos integrais de sua SCP (Nota 1) para posterior pagamento dos impostos a ela relacionados. Assim sendo, esta linha apresenta gastos com imposto de renda e contribuição social, relacionados a receita da SCP.

25 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016
Despesas com pessoal	(10.956)	(9.793)	(11.149)	(11.944)
Encargos sociais	(2.590)	(2.211)	(3.074)	(2.211)
Serviços de terceiros	(27.705)	(17.675)	(28.806)	(18.888)
Publicidade, patrocínio e promoções	(7.172)	(7.719)	(7.172)	(7.719)
Despesas tributárias	(1.307)	(2.043)	(1.353)	(2.150)
Depreciação e amortização	(2.877)	(3.576)	(3.174)	(3.631)
Reversão da redução ao valor recuperável de ativos	21	89	21	89
Outras	(1.062)	(981)	(1.061)	(926)
	(53.648)	(43.909)	(55.768)	(47.380)

26 Gastos com convênios

A Companhia tem por objeto social promover o desenvolvimento econômico de Minas Gerais conforme determinado pelo seu estatuto social, e vem atuando como agente fomentador de diversos projetos no Estado de Minas Gerais.

A Companhia, após aprovação dos projetos por parte do Estado de Minas Gerais e prefeituras, repassa recursos oriundos da receita obtida com a SCP junto à CBMM para que os órgãos governamentais possam executar as atividades propostas.

Uma vez que a Companhia não obterá benefícios econômicos diretos pela destinação destes recursos, já que atenderam políticas públicas de interesse do Estado, os mesmos são lançados como gastos com convênios no resultado à medida da sua transferência aos convenientes.

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A fiscalização da correta aplicação dos recursos compete aos órgãos recebedores do recurso e à Companhia, observados no que couber, a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações; o Decreto Estadual nº 43.635, de 20 de outubro de 2003, e suas alterações, o Decreto Estadual nº 44.424, de 21 de dezembro de 2006, este último que regula especificamente a formalização, execução e prestação de contas dos instrumentos de Convênios formalizados por quaisquer órgãos da administração direta e indireta do Estado de Minas Gerais.

Os convênios vigentes e encerrados em 31 de março de 2017 estão assim apresentados:

	Valor do convênio	Valor total repassado até 31/03/2017	Controladora e consolidado	
			Valores desembolsados entre	
			01/01 a 31/03/2017	01/01 a 31/03/2016
Convênio 1380 - Companhia Brasileira de Mineração e Metalurgia	11.875	9.272	-	-
Convênio 3215 - SETOP-MG e DER-MG	4.200	2.020	-	-
Convênio 3243 - Prefeitura de Lagoa Santa	18.000	18.000	-	-
Convênio 3250 - SETOP-MG e Prefeitura Municipal de Divinópolis	3.000	3.000	-	-
Convênio 3475 - SETOP-MG e DER-MG	8.000	8.000	-	-
Convênio 3528 - COPASA-MG	750	80	-	-
Convênio 3638 - SETOP e Prefeitura Municipal de Juiz de Fora	20.000	15.000	-	-
Convênio 3668 - SETOP-MG e DER-MG	9.500	1.350	-	-
Convênio 3760 - Prefeitura Municipal de Juiz de Fora	6.000	4.198	1.292	1.010
Convênio 3779 - Prefeitura Municipal de Lagoa Santa	5.412	3.608	-	-
Convênio 3801 - SETOP-MG	10.000	10.000	-	-
Convênio 3829 - SETOP-MG e DER-MG	40.300	40.300	4.300	-
Convênio 3856 - SETOP-MG e DEOP-MG	6.101	6.101	-	-
Convênio 3860 - COPASA-MG	247	247	-	247
Convênio 3865 - SETOP-MG e Prefeitura Municipal de Santos Dumont	400	360	-	-
Convênio 3866 - SETOP-MG e Prefeitura Municipal de Santa Luzia	2.500	2.250	-	-
Convênio 3867 - SETOP-MG e Prefeitura Municipal de Itapeva	2.500	2.500	-	-
Convênio 3868 - SETOP-MG e Prefeitura Municipal de Unaí	800	720	-	-
Convênio 3869 - SETOP-MG e Prefeitura Municipal de Ervália	900	810	-	-
Convênio 3870 - SETOP-MG e Prefeitura Municipal de Felício dos Santos	300	300	-	-
Convênio 3871 - SETOP-MG e Prefeitura Municipal de Viçosa	200	180	-	-
Convênio 3873 - SETOP-MG e Prefeitura Municipal de Ibirité	304	277	-	-
Convênio 3874 - SETOP-MG e Prefeitura Municipal de Diamantina	2.000	1.800	-	-
Convênio 3903 - Polícia Militar de Minas Gerais	101	101	-	-
Convênio 3962 - Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais	1.000	1.000	-	-
Convênio 3972 - Instituto Euvaldo Lodi	1.378	1.378	-	276
Convênio 3997 - SETOP-MG	60.445	11.500	-	8.500
Convênio 3998 - SETOP-MG	15.000	10.000	-	-
Convênio 3999 - SETOP-MG e DER-MG	9.000	9.000	-	-
Convênio 4034 - SETOP-MG e DER-MG	65.000	56.800	-	-
Convênio 4036 - SETOP-MG e DER-MG	22.634	22.632	1.407	1.170
Convênio 4037 - SETOP-MG e DER-MG	13.600	-	-	-
Convênio 4049 - Centro Referência Juventude	245	245	-	-
Convênio 4067 - Centro Internacional de Referência do Circo	300	300	-	-
Convênio 4095 - COPASA-MG	1.839	1.710	-	588
Convênio 4252 - SETOP-MG e Prefeitura Municipal de Poços de Caldas	10.000	-	-	-
Convênio 4274 - Associação Brasileira dos Criadores de Girolando	1.165	1.165	-	-
Convênio 4318 - Instituto Espinhaço	16.079	4.853	2.675	-

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora e consolidado			
	Valor do convênio	Valor total repassado até 31/03/2017	Valores desembolsados entre	
			01/01 a 31/03/2017	01/01 a 31/03/2016
Convênio 4404 - Centro Francisca Veras	5.877	2.824	837	-
Convênio 4431 - EMATER, EPAMIG e SEAPA	3.982	2.410	-	-
Convênio 4460 - SETOP-MG e DER-MG	5.500	1.500	-	-
Convênio 4505 - Prefeitura Municipal de Lagoa Santa	3.897	3.897	-	-
Convênio 4506 - Prefeitura Municipal de Lagoa Santa	3.282	3.282	-	-
Convênio 4510 - Pref.de Barroso	61	42	-	-
Convênio 4513 - SETOP-MG e Prefeitura Municipal de Bom Sucesso	500	250	-	-
Convênio 4548 - SETOP-MG	1.500	300	-	-
Convênio 4651 - EPAMIG	280	104	-	-
Convênio 4662 - Associação Grupo Dispersores	2.139	525	-	-
Convênio 4732 - Associação Brasileira dos Criadores de Girolando	1.500	750	750	-
Convênio 4764 - SEBRAE-MG	16.000	2.000	2.000	-
	415.593	268.941	13.261	11.791
<i>Gastos com convênios capitalizados</i>				
Convênio 4431 - EMATER, EPAMIG e SEAPA			(784)	
			12.477	11.791

27 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016
Parcerias	(4.174)	(1.283)	(4.174)	(1.283)
Recuperações de taxas e despesas	521	847	521	648
Ganho na alienação de imobilizado	846	-	846	-
Ganho na aquisição de investimentos	-	-	-	390
Baixa de bens por doação/inutilização	-	(85)	-	(85)
Remuneração de capital	-	7	-	7
Taxas e multas	-	-	-	(3)
Outras	(235)	(159)	(234)	(242)
	(3.042)	(673)	(3.041)	(568)

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016
Receitas				
Juros recebidos de aplicações financeiras	14.453	20.443	14.461	20.528
Variação monetária ativa	990	1.446	992	1.446
Outras	96	3	86	38
	<u>15.539</u>	<u>21.892</u>	<u>15.539</u>	<u>22.012</u>
Despesas				
Juros de mora	(2)	(6)	(3)	(33)
Juros de empréstimos e financiamentos	(15.722)	(21.150)	(15.722)	(21.150)
Variação monetária passiva	(316)	(3.059)	(316)	(3.059)
Outras	(135)	(2)	(139)	(32)
	<u>(16.175)</u>	<u>(24.217)</u>	<u>(16.180)</u>	<u>(24.274)</u>
	<u>(636)</u>	<u>(2.325)</u>	<u>(641)</u>	<u>(2.262)</u>

29 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia é tributada com base no lucro real as alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, todavia a Companhia vem apresentando prejuízo fiscal após os ajustes sobre o lucro contábil, uma vez que a maior receita da Companhia, proveniente da SCP, é tributada na própria SCP.

A Companhia não vem constituindo tributos diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias uma vez que não vem gerando lucros tributáveis em 2017 nem gerou em anos anteriores. Os saldos apresentados na demonstração do resultado consolidada do Grupo representam o IR/CS apurados decorrentes dos lucros das controladas advindos de suas operações.

30 Cobertura de seguros

A Companhia adota política de avaliação e monitoramento de riscos em suas operações, e, de acordo esta política, faz contratações de seguros julgados suficiente pela administração, para cobrir eventuais sinistros.

A opção gerencial da Companhia é por segurar todas as edificações de valor relevante que sejam destinadas a uso direto desta e negócios administrados diretamente por esta ou por meio de arrendamento. Terrenos e edificações para venda não são segurados devido a sua expectativa de repasse a terceiros, assim como bens móveis de qualquer natureza.

A cobertura de seguros, contra incêndio e riscos diversos, em valores de 31 de março de 2017, está demonstrada a seguir:

Natureza dos bens segurados	Limite máximo de cobertura
Prédios e benfeitorias	443.217

Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

31 Eventos subsequentes

(a) Aumento de capital

Em abril de 2017 foi aprovado em AGOE o aumento de capital da Companhia em R\$195.818 subscrito pelo acionista majoritário mediante a emissão de R\$17.936 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Desse aumento, R\$121.485 foram incorporadas ao capital social da Companhia, enquanto os R\$74.333 restantes foram destinadas à reserva de capital como ágio na emissão de ações, alterando o capital subscrito de R\$845.430 para R\$966.915 divididos em 142.755 ações.

A integralização do capital subscrito foi substancialmente realizada com imóveis, no montante de R\$195.808, e os R\$10 restantes integralizados pela capitalização dos dividendos distribuídos na mesma oportunidade.

(b) Destinação de dividendos da Companhia e antecipação de dividendos ao acionista majoritário

Na AGOE realizada em 12 de abril de 2017, os acionistas deliberaram pela distribuição de R\$92.266 de dividendos decorrentes dos resultados do exercício de 2016. Esse montante fora integralmente pago em moeda corrente nacional ao acionista majoritário no 1º semestre de 2017.

Em 20 de julho de 2017 foi sancionada a Lei Estadual nº 22.606 que determinou a destinação de 12,5% do lucro do Grupo ao “Fundo de Investimento do Estado de Minas Gerais – MG Investe” e a destinação de outros 12,5% do lucro do Grupo ao “Fundo de Pagamento de Parcerias Público-Privadas de Minas Gerais – FPP-MG”. Ademais, foram encaminhados nos meses de junho e julho de 2017 R\$90 milhões ao Estado de Minas Gerais à título de antecipação de dividendos do ano de 2017.

(c) Redução de capital CODEPAR

Por duas vezes, em Assembleia Geral Extraordinária da Codepar realizadas em 12 de junho e em 4 de agosto de 2017, foram aprovadas as reduções de capital pela Codemig em R\$157.000 e R\$6.500 em moeda nacional, mediante o cancelamento de 157.000.000 e de 6.500.000 ações ordinárias, respectivamente.

(d) BDMG

Em 26 de abril de 2017 foi aprovado em AGE o aumento de capital no BDMG em R\$11.755, sendo R\$10.814 através da incorporação do lucro remanescente de 2016 e R\$941 por subscrição dos acionistas. Do lucro remanescente incorporado ao capital, a Codemig aumentou sua participação em R\$1.004.

Conforme a proporção da participação nas ações, coube à Codemig a subscrição de R\$791. Tal subscrição se deu por meio de desconto no crédito remanescente de 2016 que era de R\$1.184. Sendo assim, resta à Codemig em junho de 2017 um crédito de R\$393 de juros sobre capital próprio. Após tal operação a Codemig passou a deter um ativo no montante de R\$177.755, correspondentes a 8,84% das ações do BDMG.

(e) FIDC APL MINAS GERAIS

No segundo trimestre de 2017 a Codemig manifestou junto à Administradora do FIDC – APL Minas Gerais sua intenção em liquidar antecipadamente o fundo, considerando os eventos de liquidação constantes em seu Regulamento. A Companhia considerou que, em virtude do encerramento da prorrogação do prazo concedido pela CVM para enquadramento mínimo da carteira do fundo e o fato de que uma nova prorrogação seria improvável, aliado ainda à expectativa de não atingimento do percentual de direitos creditórios em carteira exigido na Instrução CVM Nº 356/2001, foram preponderantes para sua decisão de liquidação antecipada do fundo a ser deliberada futuramente em Assembleia Geral de Cotistas.

(f) Debêntures Vodafone Brasil

A Codepar, em maio de 2017, adquiriu R\$20.000 de debêntures emitidas pela coligada Vodafone Brasil. Tais debêntures possuem vencimento em março de 2022 e possuem pagamento da remuneração mensal pré-fixada em 140% CDI.
